



EDIÇÃO ESPECIAL II - DIGA NÃO À PRIVATIZAÇÃO

A LUTA CONTINUA!

Nossa reportagem fez uma série de entrevistas com os seguintes parlamentares: o Deputado Federal Alessandro Molon, da Rede Sustentabilidade; os Deputados Estaduais Marcelo Freixo, Paulo Ramos e Eliomar Coelho, do PSOL, o Deputado Estadual Luiz Paulo, do PSDB; e o Vereador Fernando William, do PDT.



Deputado Federal Alessandro Molon

Essa consideração de que a lei é inconstitucional é viável sim, ela é possível, sobretudo porque foi suprimido o debate público necessário sobre as consequências dessa decisão. *página 2*



Deputado Estadual Marcelo Freixo

Mas, não se trata apenas de ilegalidade. Política e economicamente é uma tragédia. A CEDAE é uma empresa lucrativa. Além do mais, centenas de cidades que privatizaram o serviço viram que não deu certo e estão remunicipalizando. *página 3*



Deputado Estadual Luiz Paulo

Na verdade a discussão que está sendo feita, apesar de alguns quererem mascarar, não é da qualidade do serviço, é do como arranjar dinheiro para pagar dívida. Essa é a exigência que está sendo feita, vender para pagar o que já devem. *página 4*



Deputado Estadual Paulo Ramos

A água está ligada a essência da vida. A água é imprescindível a sobrevivência da espécie humana. A CEDAE é um patrimônio inestimável, portanto imaterial. É importante dizer que em vários países pelo mundo, especialmente os desenvolvidos, não existe conta de água. *página 6*



Deputado Estadual Eliomar Coelho

A Assembléia Nacional da ONU reconheceu, em 28 de julho de 2010, o acesso à água potável como um direito humano fundamental. Nesse sentido, os serviços de saneamento básico, como abastecimento de água e coleta/tratamento de esgotos, são serviços públicos por excelência. *página 8*



Vereador Fernando William

Temos uma grande chance de vencer em Brasília. O projeto é uma intervenção direta da união, rompendo o pacto federativo e isso vai gerar muitos debates. Vejo que pelo menos as privatizações podem sair do projeto. Até porque não fazem muito sentido. *página 9*



Luiz Alexandre Sá de Faria – Diretor Presidente da ASEAC

OPINIÃO - NA CONTRAMÃO DO CORRETO

As empresas privadas privilegiam maximizar os lucros e esquecem do atendimento à maioria. Um caso que exemplifica bem o argumento que a água estatal é o melhor caminho acontece na França, um país com longa experiência na gestão privada de água. Nos últimos anos, várias cidades francesas decidiram retomar o controle dos serviços de água, uma delas é Paris. *página 10*

Deputado Federal Alessandro Molon – Rede Sustentabilidade



A privatização da CEDAE foi aprovada na Alerj e sancionada pelo governo. Como os deputados federais – que estão nesta luta – podem e estão trabalhando contra a privatização? A anulação da lei que autorizou a privatização da CEDAE é viável?

A nossa luta contra a privatização da CEDAE nesse momento está no âmbito do poder judiciário. A REDE e o PSOL entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei aprovada na Alerj, que autoriza a privatização da CEDAE. Essa consideração de que a lei é inconstitucional é viável sim, ela é possível, sobretudo porque foi suprimido o debate público necessário sobre as consequências dessa decisão. Em momento algum a Alerj considerou, por exemplo, qual seria o reflexo dessa privatização sobre dois direitos fundamentais: o direito à saúde, dependente de água e saneamento básico e ao direito do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Por essa razão, nós temos absoluta convicção: a lei é inconstitucional e sem falar no desrespeito à federação como um todo. Nenhum município atendido pela CEDAE sequer foi

ouvido nesse processo. Isso também macula de inconstitucionalidade à lei aprovada. Sem dúvida alguma faltou discussão pública.

2 - A CEDAE privatizada representaria o que para a população do Estado do Rio?

A CEDAE privatizada pode representar para a população do Rio de Janeiro a transformação da água, um bem que deve ser garantido a todas as pessoas independentemente das suas condições financeiras, em uma mercadoria que só possa ser acessada e adquirida por aqueles que possam pagar. Isso seria muito ruim, pois coloca em risco a vida das pessoas.

3 - Molon, algum recado aos empregados da CEDAE?

Eu gostaria através dessa entrevista mandar um abraço forte a todos os empregados da CEDAE e pedir que continuem na luta e sigam resistindo. Estamos em um ano que vai ser marcado pela resistência, pela nossa capacidade

Essa consideração de que a lei é inconstitucional é viável sim, ela é possível, sobretudo porque foi suprimido o debate público necessário sobre as consequências dessa decisão. Em momento algum a Alerj considerou, por exemplo, qual seria o reflexo dessa privatização sobre dois direitos fundamentais: o direito à saúde, dependente de água e saneamento básico e ao direito do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

de impedir retrocessos como os que estão querendo impor ao povo do Rio de Janeiro e a todo povo brasileiro. Por isso, é fundamental a nossa resistência, a presença e a companhia de vocês nessa luta, lado a lado conosco. É primordial para obtermos a vitória final e eu tenho certeza que é possível para todos nós. ■

Deputado Estadual Marcelo Freixo – PSOL

1 – A venda da CEDAE é ilegal? Por quê?

Sim. A Lei Federal de Saneamento Básico estabelece regras para que a privatização seja realizada. O governo é obrigado a realizar audiências públicas para debater o assunto com a população e com representantes dos municípios para os quais a companhia presta serviços. A privatização é um procedimento complexo que impactará na vida de milhões de pessoas e nas políticas públicas para a área de saneamento. É muito sério. Não é assim: manda um projeto para a Alerj para que seja votado a toque de caixa, como aconteceu. É ilegal e antidemocrático.

Mas, não se trata apenas de ilegalidade. Política e economicamente é uma tragédia. A CEDAE é uma empresa lucrativa. Além do mais, centenas de cidades que privatizaram o serviço viram que não deu certo e estão remunicipalizando. Isso acontece na Ásia, América do Sul, Estados Unidos e Europa, inclusive em Paris, cujo modelo de privatização foi exportado para vários países, também voltou atrás. O próprio Banco Mundial reconheceu que o repasse à iniciativa privada não conseguiu universalizar o serviço.

Privatizar significa tratar a água como mercadoria. O que é um absurdo, é mercantilizar um direito humano básico. Como ficará a situação da população mais pobre que não pode pagar? Vai ter tarifa social? Como funcionará? Nada disso foi tratado. A privatização foi realizada sem qualquer debate.

Sabemos que a CEDAE tem problemas, que precisa melhorar. Mas vendê-la não é solução nem para melhorar o serviço nem para resolver a crise.

2 – Na sua fanpage há o seguinte post: “tem a dívida ativa, que chega a R\$ 66 bilhões que nunca foi

cobrada por este governo. Dez por cento da dívida é o dobro do valor da CEDAE. Estão votando aqui por que querem, sim, privatizar o abastecimento de água”. Qual é o verdadeiro motivo do governo querer tanto a privatização?

O discurso da privatização a coloca como iniciativa fundamental para o Estado superar a crise. É mentira, vender a CEDAE não vai resolver o problema. Nos bastidores, fala-se que a venda ficaria em torno de três bilhões de reais. Isso é irrisório diante do rombo, cuja previsão para este ano é de quase vinte bilhões.

Em vez de vender a CEDAE, Pezão deveria cobrar as dívidas de empresas com o Estado, que é de 66 bilhões. Se 10% desse valor for cobrado, já serão recuperados seis bilhões, valor superior ao da previsão de venda da companhia. Parte dessas empresas devedoras, inclusive, receberam benefícios fiscais milionários. Por que empresas que têm débitos com o Estado recebem isenções do Estado? Uma boa pista é que muitas delas doaram para campanhas do PMDB, desde 2010.

O governo estadual precisa auditar e renegociar a dívida com a União.

Mas, não se trata apenas de ilegalidade. Política e economicamente é uma tragédia. A CEDAE é uma empresa lucrativa. Além do mais, centenas de cidades que privatizaram o serviço viram que não deu certo e estão remunicipalizando.

Essas são saídas reais. Em vez disso, Pezão privatiza uma empresa que gera receitas para o Estado. Não sabemos ainda o que está por trás, quem está interessado em comprar a companhia. Estamos acompanhando.

3 – No mundo inteiro, mais de 235 cidades, em 37 países nos últimos 15 anos, retornaram ao controle público os mesmos serviços que a CEDAE presta. Quais são as vantagens da empresa permanecer nas mãos do Estado?

O saneamento básico precisa ser tratado como uma política pública estratégica do Estado. Isso quer dizer que ela deverá estar articulada a outras políticas. O serviço e a gestão hoje são ruins, precisam melhorar, ser mais eficientes e democráticas. Privatizar não vai resolver esses problemas. Não resolveu nas cidades que o fizeram. Como você disse, elas estão voltando atrás e remunicipalizando. Por que optar por uma experiência que não funcionou? A quem interessa a venda da CEDAE?

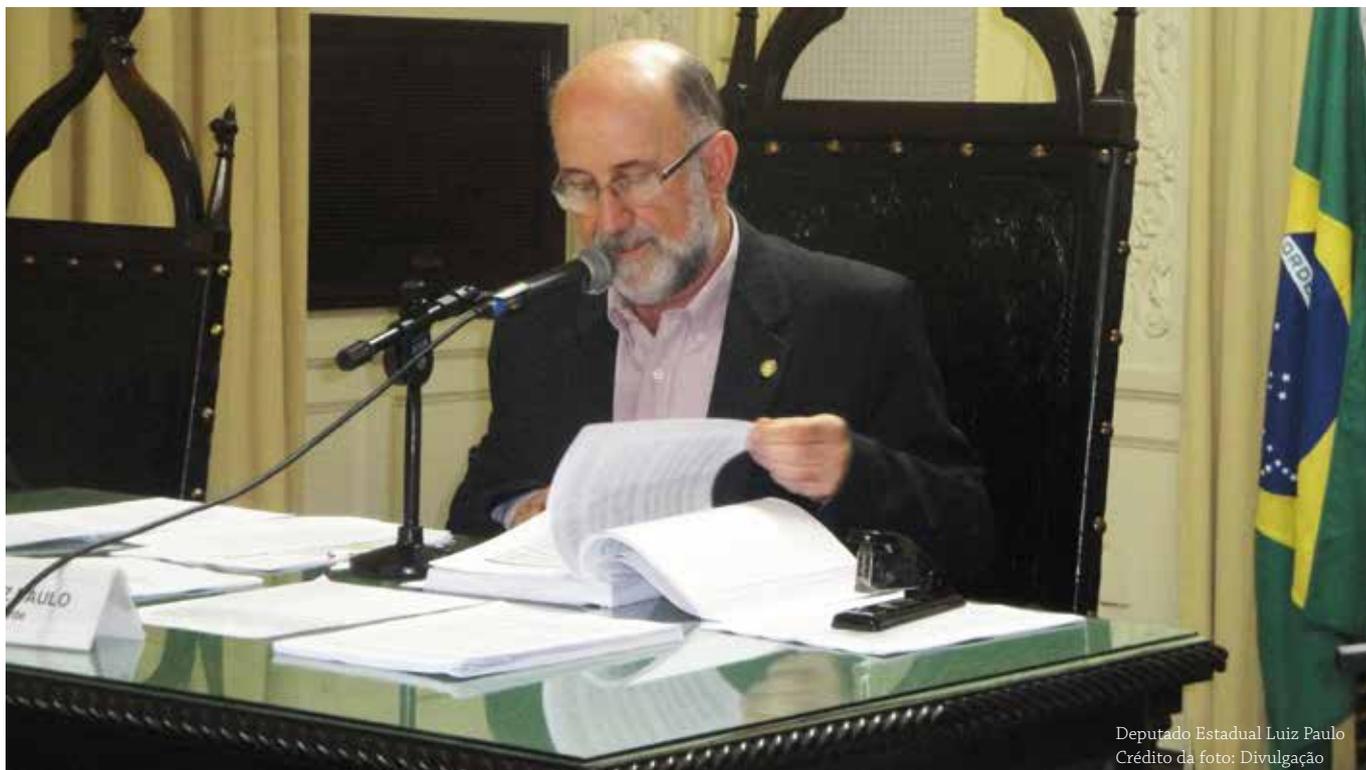
4 – Quais são as estratégias para a privatização não virar realidade?

A bancada do PSOL apresentou ação ao STF questionando a constitucionalidade da lei que prevê a privatização. ■



Deputado Estadual Marcelo Freixo
Crédito da foto: Divulgação

Deputado Estadual Luiz Paulo - PSDB



Deputado Estadual Luiz Paulo
Crédito da foto: Divulgação

1 – Em seu artigo no Jornal O Dia, o senhor fala que é social-democrata. Ou seja, defende o estado necessário e a CEDAE está inserida no estado que julga necessário. Por quê?

Por uma questão muito simples. Fiz primeiro uma grande pesquisa no Brasil e o único estado da federação que privatizou o seu macrossistema foi o estado do Tocantins. Os Estados que foram administrados na sua essência pelo PSDB como São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, mas principalmente, São Paulo, que o partido administra até hoje Minas, que teve uma grande reformulação, o que se fez? Manteve-se o controle estatal com mais de 50% das ações em poder do Estado e pulverizou as outras ações no mercado. A empresa foi capitalizada para fazer novos investimentos sem perder o controle acionário. A proposta que saiu da Alerj é perversa porque não capitaliza a empresa, descapitaliza, o governo quer privatizar e o dinheiro não seria para investir em saneamento, água e esgoto. O valor da venda

seria para pagar o serviço da dívida. Então trocaria uma empresa que dá lucro e distribui dividendos por outra em que o dinheiro arrecadado da venda iria exatamente para pagar dívida. Quando vende-se um patrimônio e este some da noite para o dia, sem dar nenhuma rentabilidade, é uma perda irreversível. Esse projeto é uma maluquice. No meu entendimento, essa não é uma proposta social-democrata, porque a proposta social-democrata tem de ver as razões de Estado, não é do Estado não, e ver as razões sociais. Este projeto tem uma cara absoluta de neoliberal e aliena um patrimônio. Mas qual é a perspectiva concreta? Não é aumentar os investimentos em água e esgoto, universalizar a água e aumentar muito o esgoto captado e tratado? Não é com esse tipo de solução que isso vai acontecer.

2- No artigo, há tal consideração: “Crise do Rio e acordo com a união geraram falsa polarização – privatistas x estatistas, com distorção de fatos e empobrecimento de conteúdo. Lembremos

o que deve nortear as ações públicas, prestação de serviços de qualidade à população”. Gostaria que comentasse esse trecho.

Estamos vivendo politicamente uma sociedade que está muito extremada. Ou você é um neoliberal, como se fosse possível ser um neoliberal puro. Bastou ter o Banco Central que o sistema não é mais liberal. Um país neoliberal não tem Banco Central e sem o mesmo você está sujeito ir à bancarrota muito rapidamente. Há aqueles que estão defendendo este estado descontrolado, como se isso fosse possível, mas não é. Até porque a natureza do capital é se multiplicar e se não há regras para essa multiplicação vai ganhar sempre quem tem mais e vai perder sempre quem tem menos. É um sistema que no fundo nenhum país no mundo tem, nem os EUA é nessa concepção pura um país neoliberal. De outro lado, há aqueles com sentimento oposto que defendem que tudo deve estar estatizado e o Estado está quebrado. É época do bom senso prevalecer e buscar caminhos racionais. Existem bens que

podem ser privatizados porque são inadmissíveis pelo Estado, outros que não, São Paulo e Minas Gerais têm a água e o esgoto com controle estatal e as ações foram pulverizadas para capitalizar a empresa. Por que uma solução dessa não pode acontecer no Rio? Porque na verdade a discussão que está sendo feita, apesar de alguns quererem mascarar, não é da qualidade do serviço, é do como arranjar dinheiro para pagar dívida. Essa é a exigência que está sendo feita, vender para pagar o que já devem.

3 - Tarifas pagas à CEDAE na capital subsidiam municípios com sistemas de abastecimento deficitários, a empresa produz água tratada e coleta esgoto de 64 municípios e tem tarifa social que subsidia 1,2 milhão de pessoas, em 900 comunidades. A privatização traduziria o fim destes subsídios?

Aí são diversas questões que o projeto jamais tratou. Primeiro que tem a decisão do STF que coloca o saneamento básico dentro do capítulo de infraestrutura e este item na região metropolitana é de domínio da região metropolitana. Tem de ter um ente metropolitano para fazer essa gestão para a competência não ser de um município ou do estado. Esse ente metropolitano contemplando os municípios e o Estado. E as decisões têm de ser coletivas.

Além do mais, ninguém discutiu a macroprodução, ou seja, a captação e o tratamento da água e aqui na região metropolitana só há dois sistemas: o Guandu e o Imunana- Laranjal. A macroprodução vai ser vendida? Este é o outro ponto. A CEDAE gerencia por convênio 64 municípios onde é praticado o famoso subsídio cruzado. O filé mignon que é a capital - principalmente Zona Sul, Barra, Jacarepaguá, Centro etc. Se você tira da mão esse subsídio, como os sistemas pequenos irão sobreviver? Ninguém quer privatizar o sistema de Itaperuna, por exemplo, porque é deficitário. Como ficariam os subsídios cruzados? Quem vai garantir

que a tarifa não vai aumentar? Há de se considerar que a CEDAE não custa 3,5 bilhões de reais, esse valor é só do empréstimo. Para mim a CEDAE vai a mais de nove bilhões facilmente. Se quem comprar vai desembolsar nove bilhões e vai ter um plano de investimento - nenhum de nós conhece esse plano - como esse valor vai retornar? Seguramente com aumento de tarifa. Vai ter alguma forma do dinheiro retornar e isso não tem nenhuma equação. Aí pode-se dizer assim, mas quando fizer a modelagem isso virá. Entretanto, primeiro teria de fazer a modelagem para depois mandar o projeto. As carroças foram colocadas à frente dos burros.

4 - Qual é a receita para a privatização não se concretizar? Como está trabalhando?

A briga na Alerj nós perdemos. Temos conhecimento que já há uma ação proposta no STF. Se você reparar, não foi à toa que na comissão de constituição e justiça eu fiz um voto escrito pela inconstitucionalidade da matéria. Ali expus meus pontos de vista. Para quê? Se vocês assim o desejarem recorram às instâncias devidas. Acho que essa luta

iniciou, pela lei o governo possui até dois anos para contratar a modelagem, fazer a modelagem, fazer uma audiência pública e depois chegar à venda. É um prazo longo. Estamos em 2017. Ano que vem terá novas eleições. A cada dia que passa esse governo mais se enfraquece, o tempo corre contra. A cada dia explode uma situação mais adversa pelo governo. A estratégia é ficar denunciando essas questões, enquanto vocês se mexem nas áreas que lhes

são de competência mexerem. Os instrumentos das ideias está no voto e ao mesmo tempo existe o projeto no congresso nacional que tem um artigo exatamente sobre a venda de ativos. O Clube de Engenharia vai procurar as bancadas para conversar. Acho que a luta está na rua e ainda não está concluída. Se fosse um governo que estivesse com credibilidade, com uma base muito bem estruturada, um diálogo muito amplo com a união eu acreditaria que eles poderiam dar velocidade. Mas como está, não acredito. O governo não consegue nem organizar a folha de pagamento atrasada com os arrejos sucessivos. É um momento deplorável que passa o Estado. ■

Na verdade a discussão que está sendo feita, apesar de alguns quererem mascarar, não é da qualidade do serviço, é do como arranjar dinheiro para pagar dívida. Essa é a exigência que está sendo feita, vender para pagar o que já devem.



DIGA NÃO À PRIVATIZAÇÃO!

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!

Diretoria aprova desconto em mensalidades para novos associados.

www.aseac.com.br

Deputado Estadual Paulo Ramos – PSOL



Deputado Estadual Paulo Ramos
Crédito da foto: Divulgação

1 – Como a privatização prejudicaria as comunidades menos favorecidas?

Em primeiro lugar, ainda é possível continuar travando a luta contra a privatização. Ainda não estamos vencidos. A privatização não está consumada. Quando a gente fala em crime podemos colocar o seguinte: há o início da execução – que foi a aprovação na Alerj – com 28 votos contrários. Ou seja, a aprovação para alienação da integralidade das ações como garantia e vinculada a um empréstimo que poderá ou não ser contraído pelo governo do estado com o patrocínio do governo federal. As coisas ainda não estão resolvidas, mas é óbvio que a iniciativa privada só busca o lucro, não tem outro propósito. É possível comparar com os municípios do Estado, onde a privatização aconteceu. A água e o esgoto recolhido e tratado não podem ficar submetido

ao lucro porque em um país, e em um Estado, onde o desemprego é grande e a distribuição de renda é a mais perversa, como é possível levar uma parcela majoritária a esse suplício? Nós defendemos que a CEDAE seja pública.

É sabido que as comunidades carentes seriam mais supliciadas ainda com o arroxio que viria daqueles que eventualmente assumiriam o controle e que nós esperamos que não aconteça.

2 – Por que considera a CEDAE patrimônio imaterial?

Digo isso porque a água está ligada a essência da vida. A água é imprescindível a sobrevivência da espécie humana. A CEDAE é um patrimônio inestimável, portanto imaterial. É importante dizer que em vários países pelo mundo, especialmente os desenvolvidos, não existe conta

de água. Sou do primeiro conjunto habitacional da Era Vargas, o conjunto do IAPI de Realengo. Lá, o trabalhador não recebia conta de água. O país regrediu porque o modelo liberal vem sendo vitorioso. Se tem saúde pública, se tem educação pública, tem de ter água pública. Entretanto, jogam a população contra a CEDAE. O crime que aconteceu contra o programa de despoluição da Baía de Guanabara, que representou um desvio grande de recursos públicos, eles (a crítica) atribuíram o fracasso à CEDAE. Quando a CEDAE não tem nenhuma responsabilidade com o fracasso do programa de despoluição, foi um grande golpe. A desinformação é muito grande. Eles (o governo) dizem assim para as pessoas: ‘não quero saber se é público ou privado, só quero saber que quero a água’. Não é esse o dilema. Eu defendo, inclusive, onde já foi privatizado que seja desprivatizado. Todo mundo sabe qual a região

lucrativa que a companhia controla e que investe onde a arrecadação é insuficiente. O governo quer privatizar a CEDAE quando a empresa já tem um empréstimo concedido de cerca de 3,5; 4 bilhões de reais para a baixada fluminense. O eventual cúmplice neste crime assumiria o controle da CEDAE já com um empréstimo num valor maior que dizem que a empresa representa. Não vai ser vendendo a CEDAE que o pagamento dos salários dos servidores serão atualizados. A base governista mente e cria um quadro político de sofrimento muito grande para caminhar no sentido de algo que não é solução.

3 – Ramos, o senhor fala em perseverar para que o Ministério Público possa assumir o compromisso de buscar o reconhecimento da inconstitucionalidade da privatização. O que falta para o ministério público entrar no circuito?

O Ministério Público mesmo sem ser provocado tem buscado a declaração de inconstitucionalidade de várias leis, as mais diversas. Quando chegou aqui o pacote de maldades do governador recebemos do MP até nota técnica. Por que o Ministério Público não se interessa pela CEDAE? Porque essa questão tem algumas inconstitucionalidades e a alegação é que há ações na justiça que eles terão de se pronunciar a respeito. Entretanto, já verifiquei outras leis em que o Ministério Público considerou inconstitucionais e buscou o reconhecimento na justiça, da inconstitucionalidade e também teria de se pronunciar. Não consigo entender a razão pela qual até agora o MP não se associou à aquilo que é o interesse da sociedade. Institucionalmente é o dever do MP em defesa da sociedade. O projeto neoliberal tem os seus aliados em todos os poderes.

4 – O senhor disse que é mentira do governo assegurar que o objetivo seja entregar a CEDAE para contrair empréstimo a fim de regularizar o pagamento de

ativos, inativos e pensionistas. Qual é a real intenção?

Tenho a impressão que esse governo vive sob chantagem, sendo pressionado de diversas formas. Não sei quem está causando esse constrangimento e essa chantagem e qual o poder que tem sobre os governantes, mas o próprio Pezão numa reunião com vários parlamentares, que eu estive presente, disse que era contrário à privatização da CEDAE, dentre outros argumentos, que digo humanitários, ele falou que a CEDAE era lucra-

tiva. O empréstimo de 3,5 bilhões de reais representa o pagamento de um mês, um mês e meio dos atrasos com os servidores. E depois? Não sei o que fez o governador sucumbir. A luta contra a privatização continua. É preciso que a resistência continue também por parte dos trabalhadores. A direção da CEDAE que é formada, hoje, por cedaeanos precisa analisar os mecanismos que dispõem para resistir. E há maneiras políticas para contribuir com a resistência.

A crise é tão grande que o governo pode não sobreviver. Aqui na Assembleia Legislativa chegamos a 28. É possível construir uma maioria e reverter esse quadro. A autorização foi votada, mas pode haver uma desautorização.

Tudo é possível. O governo trabalhou muito para aprovar. Retirou deputados para colocar suplentes, os titulares estavam com dificuldades para votar, distribuiu cargos à vontade para seduzir parlamentares que resistiam. Foi uma violência grande que foi praticada, mas demonstrando que havia muita resistência. A violência foi proporcional à resistência que havia e não tiveram uma

vitória tranquila. Alguns deputados faltaram e não tiveram coragem de votar.

Paulo Ramos manda um recado aos cedaenos!

Quero elogiar a resistência, a luta e o empenho dos cedaeanos nesta batalha que está sendo travada. Uma luta que foi vitoriosa no passado e vai ser vitoriosa na presente. E nós estamos aqui solidários. ■

**A água está ligada
a essência da
vida. A água é
imprescindível a
sobrevivência da
espécie humana.
A CEDAE é um patri-
mônio inestimável,
portanto imaterial**

RESISTIR É PRECISO!

A luta apenas começou!

Diga não à privatização.



Deputado Estadual Eliomar Coelho – PSOL



Deputado Estadual Eliomar Coelho
Crédito da foto: Cicero Rodrigues

1 – A privatização da CEDAE foi aprovada na ALERJ. Diante desta conjuntura, como os deputados estaduais que lutam contra a privatização estão atuando?

Nosso partido entrou com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a privatização. Temos denunciado esse escândalo, que é a venda da CEDAE, em diversos pronunciamentos na tribuna da Alerj e nas ruas. Também estamos atentos para a prometida modelagem que o governo do Estado disse que iria apresentar como parte final do processo de entrega da CEDAE.

2 – Em sua fanpage, você afirma que o sistema de abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o tratamento adequado do sistema de drenagem e a coleta e destinação de resíduos sólidos têm que ser públicos. Quais são as justificativas?

A Assembléia Nacional da ONU reconheceu, em 28 de julho de 2010, o acesso à água potável como um direito humano fundamental. Nesse sentido, os serviços de saneamento básico, como abastecimento de água e coleta/tratamento de esgotos, são serviços públicos por excelência. No caso do abastecimento de água potável, por estar envolvido o direito fundamental de acesso, algumas características são diferenciadas dos demais serviços públicos, uma vez que o serviço público de abastecimento é o

principal instrumento utilizado para garantir a efetividade do direito de acesso à água potável. Apenas através da supervisão e do poder do Estado é que se pode garantir que um bem essencial à vida humana digna, como é o caso da água, e em nossos dias água tratada, seja alcançado e jamais negado ao cidadão.

Assim, por considerar a água um bem fundamental à vida e a dignidade humana, consideramos que ela não está sujeita à exploração, ao uso e lucro de empresas privadas. A privatização criaria dificuldades ao acesso dos cidadãos a uma tarifa de água módica que possibilitasse a universalização desse serviço, já que haveria a necessidade de lucro da empresa privada.

3 – Você destacou a importância de uma mobilização organizada e firme, citou como exemplo, a mobilização contra a Reforma da Previdência. Houve uma forte reação popular e o governo Temer está voltando atrás em diversos pontos. Como está a luta contra a privatização da CEDAE?

A força dos trabalhadores está na sua mobilização permanente. Está nas ruas. Recentemente, estive em um ato dos trabalhadores da CEDAE em frente ao Ministério Público. É muito importante que essa mobilização continue firme, prestando esclarecimentos para a população sobre a importância de uma CEDAE pública, para que a sociedade compreenda melhor que a privatização da CEDAE vai ter um custo muito alto para todos.

4 – A dívida ativa do Estado segue sem ser cobrada e os incentivos fiscais vão sendo distribuídos, segundo o senhor colocou. Qual a intenção do governador ao tentar a privatização da CEDAE?

É a política do Estado mínimo do PMDB, aliada a uma promiscuidade do governo do Estado com grandes empresas, que devem ao Estado, somente as que estão na Dívida Ativa, R\$ 66 bilhões. A farra com os benefícios fiscais de ICMS é tão absurda que nem o governo do Estado, que concedeu os benefícios, sabe quanto isso representa. Os números variam de R\$ 185 bilhões a R\$ 47 bilhões. Pois bem: na lista do primeiro pacote de maldades encaminhado à Alerj no ano passado, não aparecia a Cedae. Na época, o Ministério Público afirmou que 17 das 21 propostas do governo do Estado eram inconstitucionais. Diante da forte oposição nossa e de outros parlamentares, inclusive alguns da base do governo, a Alerj devolveu os projetos ao governo. Então, Pezão foi a Brasília conversar com Temer e Moreira Franco, e, no seu pacote de maldades 2.0, incluiu a CEDAE, sem estudo, sem realizar audiência pública, de qualquer maneira. Quer entregar a CEDAE em troca de mais um empréstimo no valor de R\$ 3,5 bilhões. Sabemos que esse dinheiro não vai tirar o Rio do buraco. O rombo que o governo do Estado projeta para este ano é de R\$ 20 bilhões! Na verdade Pezão está tentando salvar seu governo.

Para isso, ele topa tudo, e é aí que a CEDAE entra. ■

A Assembléia Nacional da ONU reconheceu, em 28 de julho de 2010, o acesso à água potável como um direito humano fundamental. Nesse sentido, os serviços de saneamento básico, como abastecimento de água e coleta/tratamento de esgotos, são serviços públicos por excelência.

Vereador Fernando William - PDT



Vereador Fernando William
Crédito da foto: Divulgação

1 – Como a câmara dos vereadores pode ajudar para a não privatização da CEDAE?

Aqui se constituiu uma comissão para debater especificamente o tema, sou um dos autores. Trouxemos diversos técnicos de diversas áreas que conhecem o assunto saneamento básico. Chegou-se à conclusão que seria um absurdo a privatização, independente do preço de venda. É o último patrimônio que o Estado tem e que dá conta de um bem que é uma necessidade absoluta da população, que não pode ser submetido às regras de mercado. Ainda que tenha de ter preocupação com lucro e faturamento não pode ser um instrumento de mercado, já que os serviços da CEDAE são necessidades básicas e fundamentais de qualquer ser humano. Eu entrei com uma ação judicial que ainda não foi julgada. Foi criada também uma comissão pelo Vereador Renato Cinco, do PSOL, para discutir a questão dos recursos hídricos e demonstrando que mais de 200 cidades no mundo em que a água foi privatizada estão revertendo esse processo por considerar estratégica a questão da água para as cidades e para os países.

Em Brasília, está sendo votado um projeto do governo federal para ajudar os diversos estados com problemas e um dos itens deste projeto é a privatização do setor elétrico, de

saneamento e do setor bancário. No Rio, a intenção seria privatizar a CEDAE. Mobilizamos vários deputados. Eu, por exemplo, falei com deputados do PDT e a Deputada Laura Carneiro, do PMDB. A Laura apresentou seis emendas (sugestões de deputados que podem alterar o teor do texto). Todas no sentido de retirar a CEDAE do texto. Não retirando a CEDAE, ela se comprometeu a votar contra o projeto, mesmo sendo da base do governo Temer. Temos uma grande chance de vencer em Brasília. O projeto é uma intervenção direta da união, rompendo o pacto federativo e isso vai gerar muitos debates. Vejo que pelo menos as privatizações podem sair do projeto. Até porque não fazem muito sentido.

2 – De qual maneira está trabalhando neste sentido?

Nossa comissão de trabalho acompanha o processo, entrei com ação na justiça e agimos junto ao congresso nacional para que vote a ajuda aos estados, mas cumprindo algumas atribuições dentre elas retirar a privatização da CEDAE deste contexto.

Tomamos várias iniciativas bem concretas e práticas, além de estarmos nas manifestações com os cedaeanos e a população em geral.

Outro ponto importante, estou percorrendo os bairros. Chamo de gabinete itinerante. Estou colhendo assinaturas contra a venda da CEDAE. Em dois dias recolhemos mais de 15 mil assinaturas. As pessoas fazem filas para assinarem o abaixo assinado que será levado para Brasília através da Laura.

3 – Como está a posição dos vereadores do município do Rio? A maioria é contra ou a favor da privatização?

Não gosto de usar termos como campo progressista, campo não progressista, não gosto de entrar muito nisso. Diria que os vereadores claramente do campo progressista, do campo da defesa do patrimônio nacional, todos, sem exceção, estão se manifestando claramente contra a privatização. Os outros, de modo geral, não se manifestam e temem trazer o assunto para a Câmara Municipal e causar os problemas que aconteceram na ALERJ. Nós achamos que não, todos os assuntos

que dizem respeito direto à cidade, e 80% da arrecadação da CEDAE está no município do Rio, apesar dela estar conveniada com mais de 60 municípios. A população da cidade do Rio perderia muito.

Até o fechamento desta edição, a votação sobre o Projeto que Prevê Socorro aos estados em crise não foi concluída. O texto-base foi aprovado, entretanto os parlamentares ainda precisam analisar as emendas. Depois da conclusão da análise pela Câmara, a proposta seguirá para votação no Senado. ■

Temos uma grande chance de vencer em Brasília. O projeto é uma intervenção direta da união, rompendo o pacto federativo e isso vai gerar muitos debates. Vejo que pelo menos as privatizações podem sair do projeto. Até porque não fazem muito sentido.

Luiz Alexandre Sá de Faria – Diretor Presidente da ASEAC

OPINIÃO - NA CONTRAMÃO DO CORRETO



Luiz Alexandre Sá de Faria
– Diretor Presidente da ASEAC
Crédito da foto: Divulgação

Mundo à fora, as críticas à gestão privada são unânimes: aumento de tarifa, falta de investimento em infraestrutura e danos ambientais. Duzentos e trinta e cinco de casos de remunicipalização pelo mundo, nos últimos 15 anos, quando o assunto é gestão da água e do esgoto. As populações e os políticos que experimentaram a privatização estão mais que convencidos que o setor público é mais habilitado a oferecer um bom serviço e garantir o direito humano à água. Entretanto, o governo do Estado do Rio vai na contramão da tendência mundial e de maneira inconstitucional quer privatizar a CEDAE. Uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra a venda da empresa já foi protocolada no Superior Tribunal Federal (STF) pela Rede Sustentabilidade e pelo PSOL.

Com muita propriedade, a ação questiona a falta de discussão pública, a tramitação em regime de urgência na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) e lembra muito bem que a experiência internacional nunca deu certo. As empresas privadas privilegiam maximizar os lucros e esquecem do atendimento à maioria. Um caso que exemplifica bem o argumento que a água estatal é o melhor caminho acontece na França, um país com longa experiência na gestão privada de água. Nos últimos anos, várias cidades

francesas decidiram retomar o controle dos serviços de água, uma delas é Paris.

O texto da ação direta de inconstitucionalidade destaca pontos importantíssimos. A CEDAE é uma empresa lucrativa, e o Estado do Rio de Janeiro todos os anos obtém dividendos vultosos. A privatização da CEDAE produziria apenas um alívio muito provisório nas contas estaduais, destinando-se os recursos arrecadados ao pagamento de despesas correntes em atraso. Em um curto intervalo de tempo, as contas novamente se desequilibrariam. E para completar o caos, o Estado não poderia contar com os dividendos obtidos junto à CEDAE.

Farra Brasil à fora

Segundo o Bom Dia Brasil, da TV Globo, nos últimos dez anos, municípios paraenses decidiram fazer parcerias com a iniciativa privada. A prefeitura de Redenção afirmou que a empresa não cumpriu as metas de construir uma estação de tratamento e ampliar a rede de água até 2016. Em Curionópolis, a prefeitura diz que a companhia não vai atingir as metas de levar água tratada a todos os moradores e coletar 40% do esgoto, até o fim deste ano. A farra não parou por aí. Os projetos de saneamento no Pará foram citados nas delações para a Lava Jato.

A matéria do Bom Dia Brasil destacou outros absurdos. Os contratos de saneamento da mesma empresa, em Blumenau (SC), chegam a R\$ 300 milhões. Mas a companhia cobrou da prefeitura um aditivo de R\$ 118 milhões para ampliar a rede de esgoto. Uma das medidas para bancar esse valor foi aumentar em 18% a conta de água.

O delicado problema envolvendo a privatização do tratamento de água e de esgoto também atinge municípios do Estado do Rio. As empresas privadas responsáveis estão sob suspeita e não cumpriram as metas prometidas. Cito Rio das Ostras, Macaé e São João de Meriti.

Sabe aquela afirmação, só muda o endereço? Ela se aplica perfeitamente na realidade das cidades que tiveram o tratamento de água e de esgoto privatizados. Cada uma delas querem a remunicipalização para ontem e as queixas são as mesmas pelo mundo: dificuldade de monitorar os operadores privados, aumento de tarifa absurdo - Berlim passou por isso, falta de transparência financeira, baixíssimo investimento, deficiente qualidade do serviço - tal fato ficou bem claro em Atlanta e Indianápolis - e a fraca performance das empresas.

Conclusão, resistir é mais que preciso. ■

Análise financeira dos efeitos da privatização da CEDAE, sobre a dívida pública do Estado do Rio de Janeiro e implicações à população

1. Introdução

Como de conhecimento público, amplamente divulgado nos meios de comunicação, o Estado do Rio de Janeiro passa por uma severa crise fiscal, que tem afetado de forma significativa a prestação de seus serviços junto à população, além de impactar diretamente aos seus servidores, aposentados e pensionistas, no qual amargam atrasos e/ou parcelamentos das remunerações devidas.

Como proposta de solução, visando “promover o reequilíbrio financeiro-fiscal do Estado, evitando colapso na prestação de serviços públicos essenciais à população”, o Governo Federal propôs ao Governo do Estado uma série de medidas de redução do tamanho da

máquina estatal – em consonância com as medidas neoliberais praticadas na década de 1990 (Bresser Pereira, 1998) – a serem adotadas para atingir tais objetivos, medidas estas expostas no Termo de Compromisso celebrado entre as partes.

O objetivo dessa nota técnica é verificar os efeitos de algumas dessas medidas, como a suspensão do serviço da dívida cujo credor é a União, a alienação das ações da Companhia de Águas e Esgotos - CEDAE ao setor privado, ou seja, a privatização da CEDAE e a contratação de novos empréstimos sobre o estoque de dívida do Estado, tendo em vista que o referido plano de recuperação fiscal é colocado como “a salvação para o Estado do Rio de Janeiro” ou como a “única solução”.

A partir dessa análise, poderemos projetar uma fotografia para verificar a sustentabilidade dessas medidas destacadas e seus efeitos sobre a população do Estado.

2. Precedentes: Composição atual da Dívida do Estado

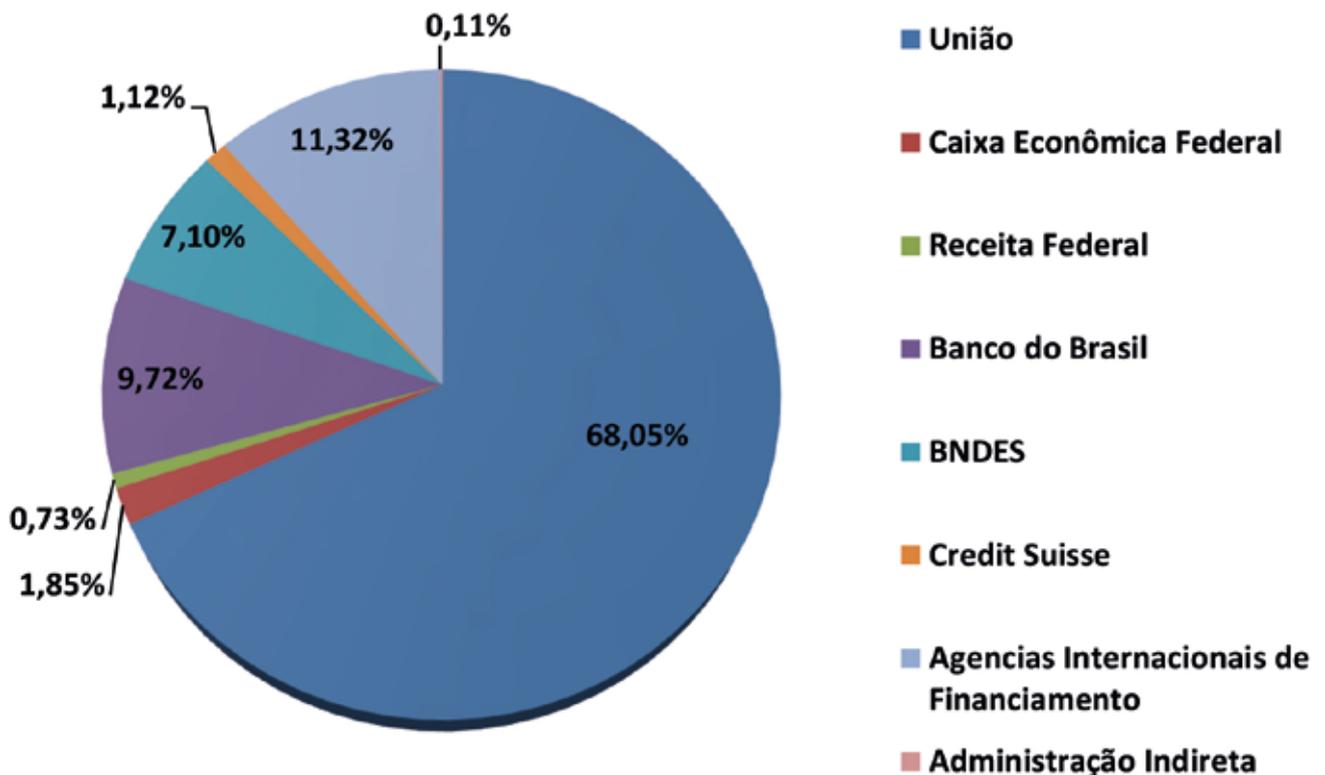
De acordo com as informações coletadas do Portal da transparência do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em dezembro de 2016, o montante total da dívida pública do estado é de R\$ 107,06 Bilhões, sendo dois terços desse montante contratada junto à União, referente aos refinanciamentos obtidos ao longo da década de 1990. Segue abaixo uma tabela resumo com essas informações:

Tabela 1: Composição da dívida pública do Estado do Rio de Janeiro em R\$ bilhões – saldo devedor em dezembro de 2016.

Credores	Valor (em R\$ bi)
União	72,85
Caixa Econômica Federal	1,98
Receita Federal	0,78
Banco do Brasil	10,41
BNDES	7,61
Credit Suisse	1,20
Agências Internacionais de Financiamento	12,12
Administração Indireta	0,12
Total em Dez/16	107,06

Para evidenciar a composição em termos percentuais, segue abaixo um gráfico com a demonstração da representatividade de cada credor da dívida estadual, em dezembro de 2016:

Gráfico 1: Composição da dívida pública do Estado do Rio de Janeiro em percentual – saldo devedor em dezembro de 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Portal da transparência do Governo do Estado (2017).

Quanto aos pontos expostos, vale destacar que as agências internacionais de desenvolvimento que são credoras do Estado são Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Japan Bank for International Cooperation, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Agência Francesa de Desenvolvimento e Corporação Andina de Fomento.

Quanto à administração Indireta, vale ressaltar que é incluso o custeio com as empresas dependentes, bem como custos em decorrência de incorporação de passivos de empresas privatizadas, como, por exemplo, Banerj, Rio trilhos, Flumitrens. Cabe salientar

que, atualmente, a CEDAE é uma empresa não dependente economicamente do estado, nos termos da Lei complementar 101/2000, ou seja, não compõe o estoque de dívida do Estado.

3. Aspectos Metodológicos da Construção do Cenário

Para a elaboração do retrato do estoque de dívida do Estado do Rio de Janeiro, construiu-se uma projeção da referida dívida após 3 (três) anos, período em que ocorrerá a suspensão do serviço da dívida junto à União e a adoção das medidas propostas pelo termo de compromisso.

As informações do estoque de dívida do Estado foram coletadas no portal da Transparência do Governo do Estado, disponível no site <http://www.transparencia.rj.gov.br/>, sendo o ponto de partida a última informação disponível, que é o saldo em dezembro de 2016.

Considerando as informações expostas no tópico 2, segue abaixo as premissas adotadas para a construção do cenário:

PREMISSAS

a. Projeção do saldo devedor das dívidas junto à União: foi projetado o saldo devedor após 36 meses de suspensão das referidas

dívidas, com a incorporação dos juros no saldo devedor ao longo desse período, respeitando as condições contratuais. Essa premissa segue o exposto na Clausula Quinta, itens i, ii e iii do referido Termo de Compromisso.

i. Das dívidas junto à União, que possuem como Indexador o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) foi utilizado a expectativa de mercado, capturado pelo Boletim Focus (03/02/17), boletim semanal publicado pelo Banco Central do Brasil, como projeção do IGP-DI. Para o ano de 2017, foi considerado o IGP-DI de 5,10% e de 2018 em diante, o IGP-DI de 4,80%;

ii. Da dívida junto à União, contratada em Dólar, foi utilizada a expectativa de mercado, capturado pelo Boletim Focus (03/02/17), boletim semanal publicado pelo Banco Central do Brasil, como projeção da taxa de Câmbio. Para o ano de 2017, foi considerada uma taxa de câmbio de R\$ 3,40 por dólar e de 2018 em diante, uma taxa de câmbio de R\$ 3,50 por dólar;

iii. Para cálculo das amortizações futuras, foi considerado o sistema de amortização constante, dentro do prazo estabelecido.

b. Projeção das amortizações das demais dívidas contratadas:

é razoável supor que as demais dívidas que não são objetos de suspensão e/ou renegociação, serão amortizadas pelo Estado, dentro do curso normal das operações. Para projetar o saldo devedor dessas dívidas após os 36 meses do referido plano, foi adotado as projeções do serviço da dívida disponibilizado no portal da Transparência do Governo do Estado do Rio de Janeiro, para os anos de 2017, 2018 e 2019;

c. Contratação de um novo empréstimo junto ao Banco do Brasil no valor de R\$ 6,5 bilhões:

no termo de compromisso não há previsão do valor a ser contraído pelo Estado, para colocar seus compromissos em dia. Diversos meios de comunicação publicam possíveis valores de contratação por parte do estado, entretanto, será considerado para a projeção um valor de R\$ 6,5 bilhões para o novo empréstimo

junto ao Banco do Brasil, por ser o valor mais divulgado. A premissa adotada é que, esse valor foi contratado ao longo dos 36 meses de vigência do plano. Cabe salientar que a contratação de empréstimos por parte do Estado pode ser em um volume superior ao considerado para a construção do cenário;

d. Incorporação do Passivo da CEDAE na Dívida do Estado para viabilizar a sua privatização:

considerou-se a referida incorporação, de acordo com as experiências privatizantes da década de 1990 no Brasil e no próprio Estado do Rio de Janeiro (Biondi, 2014). Vale destacar que, ao analisar a dívida pública do Estado do Rio de Janeiro, constatou-se que ainda é arcado pelo Tesouro Estadual dívidas de empresas privatizadas. Então, considerou-se que a incorporação desse passivo por parte do Estado ocorreu ao longo dos 36 meses. Para efeitos de cálculo, considerou-se os valores do 3º trimestre divulgados pela CEDAE como parâmetro do passivo a ser incorporado pelo Estado, conforme abaixo:

Tabela 2: Passivo da CEDAE a ser incorporado pelo Estado no processo de Privatização – 3º Trimestre de 2016.

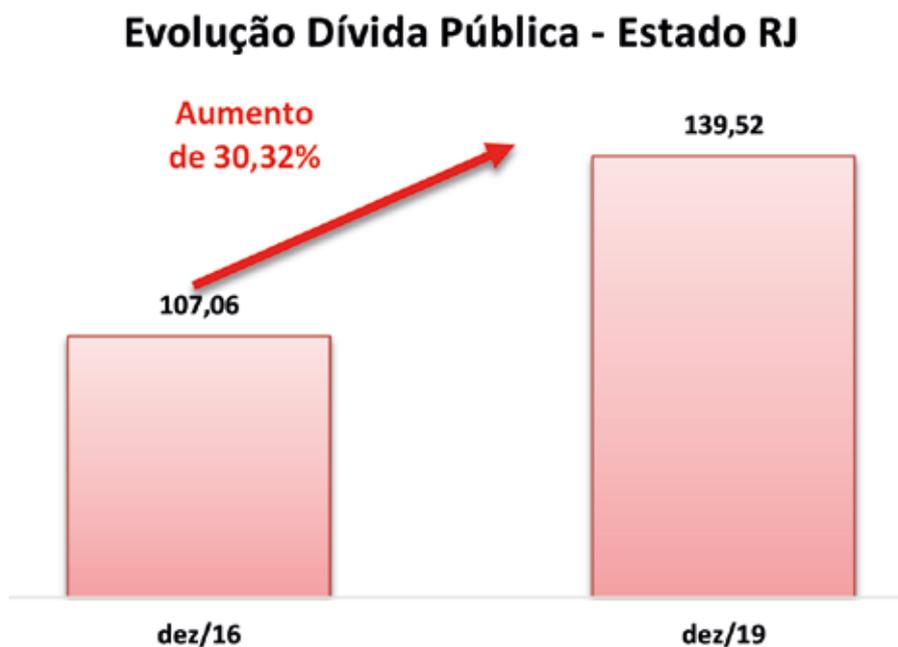
Nota Explicativa	ITENS	Valores em R\$ Bilhões
15.B	Dívida Trabalhista	0,82
15.B	Dívida Cível	1,29
18	Passivo Atuarial	1,87
12	Empréstimos e Financiamentos	1,01
14	REFIS	0,32
	Total	5,31

4. Análise dos resultados da Projeção da Dívida Pública do Estado do Rio de Janeiro

Mediante a descrição dos aspectos metodológicos, esta seção se propõe a analisar os resultados obtidos na projeção da dívida pública do Estado do Rio de Janeiro, após o período de 3 (três) anos, a começar em janeiro de 2017, terminando em dezembro de 2019, das medidas em questão.

Assim, constatou-se que a dívida pública do Estado do Rio de Janeiro, aumentou 30,32% entre dezembro de 2016 e 2019, saltando de R\$ 107,06 bilhões para R\$ 139,52 bilhões, respectivamente.

Gráfico 2: Composição da dívida pública do Estado do Rio de Janeiro em percentual – saldo devedor em dezembro de 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Portal da transparência do Governo do Estado (2017).

O aumento dessa dívida é composto pelos juros da dívida junto à União que foi incorporado no saldo devedor ao longo dos 36 meses, no montante de R\$ 27,27 bilhões. O detalhe importante é que a suspensão do pagamento implica que os juros sejam pagos após o período de carência total.

Outra parte relevante do aumento da dívida do Estado é a privatização da CEDAE, com o aumento da dívida em R\$ 5,3 bilhões. Cabe salientar que boa parte dos R\$ 3,4 bilhões financiados pela Caixa para construção do Novo Guandu (projeto que visa universalizar o abastecimento de água na Baixada Fluminense), e que hoje é de responsabilidade da CEDAE, não estão contemplados

no valor apresentado, então os valores considerados para a dívida da empresa a ser incorporada pelo Estado podem ser ainda maiores. Ainda sobre a CEDAE, não consideramos o preço de venda da empresa, tendo em vista que com o cenário econômico desfavorável, bem como o passivo da empresa, a tendência é que o valor de venda seja subestimado, fazendo com que o valor de venda seja irrelevante para mitigar a dívida pública do Estado.

Outro componente importante no aumento da dívida pública do Estado, é a contratação de um novo empréstimo no valor de R\$ 6,5 bilhões. Cabe ressaltar que esse montante pode ser maior de acordo com a necessidade do Estado.

Entretanto, um novo empréstimo representa uma elevação dos compromissos futuros com serviço da dívida, como amortização e os juros, resultando em uma elevação do dispêndio futuro para fazer frente a esta operação.

Cabe salientar que nas demais dívidas contratadas pelo Estado, foi considerado o pagamento das amortizações, que resultou no final do período em uma redução de R\$ 6,61 bilhões. Deve-se ressaltar que tais valores podem diminuir se consideramos que o Estado possa ter ao longo do período uma redução da capacidade financeira de fazer frente aos compromissos propostos, ocorrendo inadimplência. Segue tabela abaixo com o resumo dos valores apresentados:

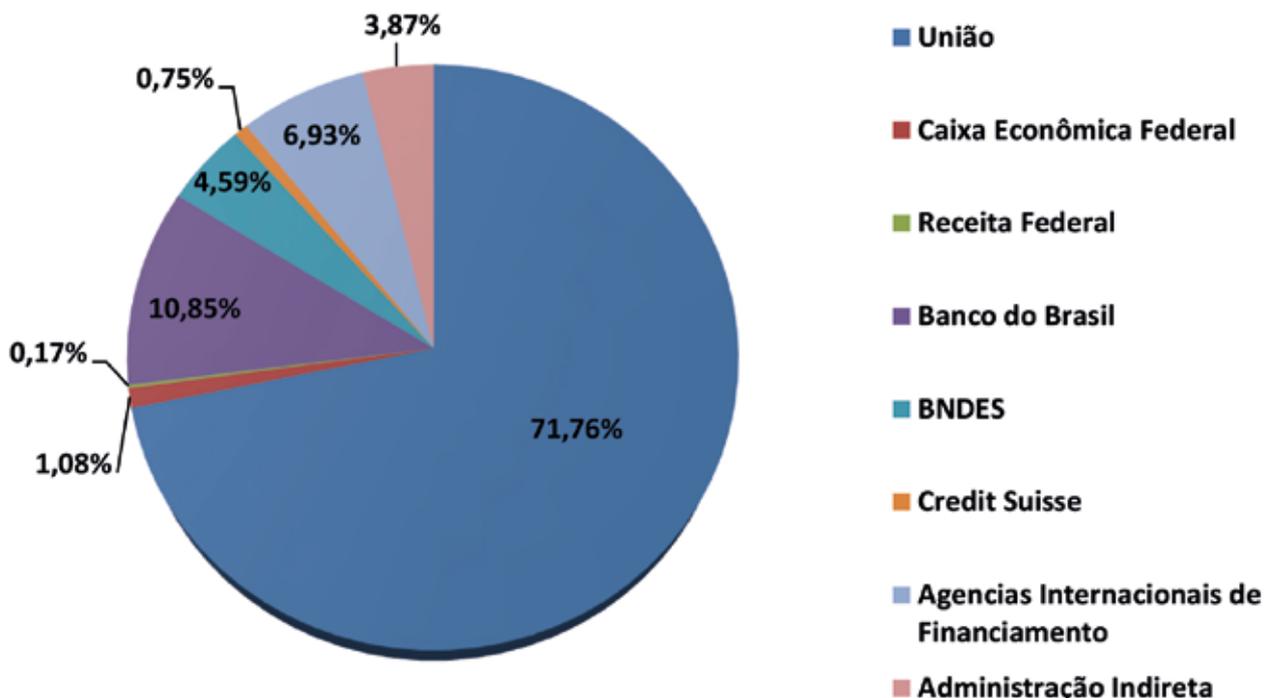
Tabela 3: Composição do aumento da dívida pública do Estado do Rio de Janeiro – em R\$ bilhões.

Composição	Valores em R\$ Bilhões
Suspensão da Dívida com a União (Juros)	27,27
Novo empréstimo com acordo	6,50
Passivo CEDAE pós privatização	5,31
Amortizações de outras Dívidas Onerosas do Estado RJ	(6,61)
Total	5,31

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Portal da transparência do Governo do estado (2017).

Com isso, ao elaborar a nova composição da dívida em dezembro de 2019, observamos uma elevação significativa do custeio da administração indireta com os passivos da CEDAE, além do aprofundamento da participação das dívidas junto à União no estoque de dívida, representando 71,76% das dívidas do Estado, conforme abaixo:

Gráfico 3: Composição da dívida pública do Estado do Rio de Janeiro em percentual – saldo devedor em dezembro de 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Portal da transparência do Governo do Estado (2017).

Esse estudo se preocupou em projetar um retrato da dívida pública para verificar a sua sustentabilidade, sem se ater aos resultados quanto aos dispêndios que o Estado teria após os 3 (três) anos, em relação as medidas acima.

Entretanto, ao elaborar as projeções das dívidas da união, o passivo da CEDAE e a contratação de um novo empréstimo junto ao Banco do Brasil, podemos afirmar que todas essas medidas resultarão em maiores dispêndios futuros para o Estado, dentro de um cenário em que a recuperação da economia brasileira ainda está distante, colocando em xeque o objetivo do Termo de Compromisso assinado entre o Estado e União, que é “promover o reequilíbrio financeiro-fiscal evitando colapso na prestação de serviços públicos essenciais à população”.

5. Conclusões

Mediante ao exposto ao longo desta nota técnica, podemos concluir que:

I. As medidas discutidas nesse documento relacionadas ao termo de compromisso acordado entre a União e o Estado, não é sustentável no ponto de vista do endividamento do Rio de Janeiro, pois, após os 3 (três) anos do referido acordo, o Estado reduzirá a sua capacidade financeira de fazer frente as suas obrigações financeiras e, principalmente, de atender às necessidades da população, devido ao risco de maior precarização na prestação dos serviços públicos (Filgueiras, 2009; Ibarra, 2011; Ostry, Loungani, e Furceri, 2016);

II. A Privatização da CEDAE acarretará prejuízos ao Estado do Rio de Janeiro

a. Resultante da elevação da dívida pública em relação à assunção de passivos para viabilizar a entrada do setor privado;

b. O Estado renuncia a sua capacidade de fazer política pública na área de saneamento, submetendo ao sentimento predador do setor privado, abdicando de suas obrigações morais junto à população (Judt, 2010);

c. Com a venda da empresa, o Estado renuncia receita futura para o Tesouro Estadual resultante dos dividendos, que passariam ao setor privado;

d. Elevação das tarifas dos serviços prestados para a população, para viabilizar a entrada da iniciativa privada no setor de saneamento;

e. Extinção da prática do subsídio cruzado entre as áreas mais abastadas e de menor renda, através da diferenciação de tarifas por região;

f. Elevação da desigualdade, tendo em vista que deixa de ser um patrimônio público para ser um patrimônio de grupos privados.

III. Com o Estado mais endividado no futuro e a maior representatividade das dívidas junto à União, que possuem custos elevados, existe a possibilidade de que após o período proposto, ocorra a solicitação de um novo plano para recuperação fiscal, fazendo com que se perpetue o ciclo vicioso da elevação da dívida pública, tornando-a insustentável. ■

Referências

- Banco Central do Brasil. Boletim Focus - Relatório de Mercado do dia 03 fev. 2017. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/readout.asp>>. Acessado em 06 fev. 2017.
- Biondi, A. O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do estado. Editora Geração 1ª ed. 2014.
- Bresser Pereira, L. C. A reforma, do estado dos anos 90: logica e mecanismos de controle. 1998, p. 49-50. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=493>>. Acessado em 30 jan. 2017
- Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Sistemas CVM. Disponível em <<http://sistemas.cvm.gov.br>>. Acessado em 01 fev. 2017.
- Filgueiras, L. Neoliberalismo e crise na América Latina: O caso do Brasil. S/D. 2009.
- Ibarra D. O neoliberalismo na América Latina. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 2 (122), pp. 238-248. abr/jun. 2011.
- Judt, T. O Mal Ronda a Terra – um tratado sobre as insatisfações do presente. Editora Objetiva 1ª ed. 2010.
- Portal da Transparência do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Estoque Dívida Pública em dezembro de 2016. Disponível em <<http://www.transparencia.rj.gov.br>>. Acessado em 29 jan. 2017.
- Portal da Transparência do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Previsão do serviço da dívida – data base em 31 dez. 2016. Disponível em <<http://www.transparencia.rj.gov.br>>. Acessado em 29 jan. 2017.
- Ostry, J. D., Loungani, P., & Furceri, D. Neoliberalism: oversold? Finance & Development, 53(2), 38-41. 2016.

ASSOCIAÇÃO
DOS EMPREGADOS
DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO
DA CEDAE
Rua Sacadura Cabral, 120
Sala 802, Centro
Rio de Janeiro | RJ
Telefone
2263-6240
Telefax
2253-7482
Email
aseac@aseac.com.br
Site
www.aseac.com.br
Tiragem
2.000 exemplares
Distribuição gratuita
Jornalismo e realização
Usina da Comunicação
Projeto gráfico, revisão
e diagramação
Usina da Comunicação

DIRETORIA EXECUTIVA
BIÊNIO 2016 | 2018
Diretor Presidente
Luiz Alexandre Sá de Faria
Diretor Vice-Presidente
Emy Guimarães De Lemos
Diretor Administrativo
Aloysio Gomes Feital Filho
Diretor Financeiro
Elder Muniz da Silva
Diretor de Comunicação
Manoel Tarcisio Magina Filho
Diretor Técnico
Carlos Alberto Lobo do Couto
Diretor Social
Gustavo Alves Tannure
Diretora Jurídica
Sueli Kolling
Diretor Adjunto
Humberto Barboza

REPRESENTANTES DO CONSELHO
DIRETOR BIÊNIO 2016 | 2018
Administradores
Luziete Francisca da Silva
Jussara Seia Ferreira
Advogado
Manuel José Fernandes Cordeiro
Analista
César Lima da Graça
Aposentados
Sergio Vieira Ferreira Martins
Jorge Rodrigues Leitão
Arquiteto
Susanne Mach Queiroz
Contador
Sergio Pereira
Economista
Leonardo Mattos Duarte Silva
Engenheiros
Carlos Alberto Pereira Guina

Maria Inez Norys Tiberio
Viriatos de Albuquerque
Marcelo Dibe Rodrigues
Eduardo Freire da Silva Vargas
Sandro Arantes D. Coutinho
Geólogo
Paulo Roberto Cruz Soares
Matemático
Fabrício José Terra Pires
Professor
Ricardo José de A. Marinho
Psicólogo
Maria Regina de Ornelas Azevedo
Tecnólogo
Marcos Lanis Bravo
Conselheiros Natos
Antonio Ignácio da Silveira
Walny Bittencourt de Oliveira
Emy Guimarães de Lemos
João Carlos do Rego Pinto
Renato Lima do Espírito Santo

Carlos Henrique S. de Menezes
Jaime Dutra Noronha
Dario Mondego (in memoriam)
Paulino Cabral da Silva
Flávio Guedes de Medeiros
Luiz Alexandre Sá de Faria
Flávio de Carvalho Filho
Sidney do Valle Costa

CONSELHO FISCAL
BIÊNIO 2015 | 2017
Efetivos
Altecyr Sodré Villaça
Ana Tereza Souza Martins
Ildibrandes Cândido da Silva